



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE DE IMPRENSA

NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Processo de Tancos

No âmbito do designado “Processo de Tancos”, dirigido pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal, com investigação delegada e realizada pela Polícia Judiciária (PJ) – UNCT, o Ministério Público deduziu acusação contra 23 arguidos.

O inquérito tem por objecto o furto ocorrido, no dia 28 de junho de 2017, nos Paióis Nacionais de Tancos (PNT) e as circunstâncias em que ocorreu, no dia 18 de outubro de 2017, a recuperação de grande parte do material que havia sido subtraído.

Dos 23 arguidos, 9 estão acusados do planeamento e realização do furto.

Um deles, militar, forneceu ao grupo executante informação acerca dos PNT, da sua localização, com indicação do melhor local para se introduzirem no respetivo espaço vedado, bem como do mau funcionamento das rondas.

De acordo com a acusação, os restantes 8 executaram o plano: cortaram a rede, introduziram-se no perímetro da instalação militar, destruíram fechaduras de paióis e retiraram do seu interior várias caixas com material militar que ali se encontravam armazenadas, pertença do Exército Português.

O material militar subtraído, no valor de cerca de 35 mil euros, algum de alta perigosidade, foi depois transportado para o terreno de uma familiar de um dos arguidos, onde ficou guardado.

Estes indivíduos foram acusados, designadamente, por crimes de terrorismo (com referência ao crime de furto), de tráfico e mediação de armas, de associação criminosa, bem como de tráfico de estupefacientes.

Os restantes 14 arguidos, neles se incluindo militares da Polícia Judiciária Militar (PJM) e da Guarda Nacional Republicana (GNR), de diversas patentes, um técnico do Laboratório da PJM e o ex-ministro da Defesa Nacional, são suspeitos da encenação que esteve na base da recuperação de grande parte do material militar subtraído. Estão todos acusados



pelos crimes de favorecimento pessoal e denegação de justiça e prevaricação, sendo que os militares e o técnico do Laboratório estão também acusados, designadamente, por crimes de falsificação de documento, tráfico e mediação de armas e associação criminosa.

Dos 23 arguidos, 8 encontram-se na situação de prisão preventiva e 11 (militares e técnico de laboratório) suspensos de funções. Os restantes encontram-se sujeitos à medida de coação de proibição de contactos.

O Ministério Público requereu, ainda, a aplicação a todos os arguidos da PJM, da GNR e ao ex- ministro da Defesa da pena acessória de proibição do exercício de funções.

Lisboa, 26 de setembro de 2019

O Gabinete de Imprensa